

MEIO AMBIENTE / Emaranhado de fios avança até em locais tombados, e moradores se queixam de impactos estéticos, desrespeito e insegurança. Especialista alerta que o tombamento inclui a paisagem urbana, e ela não deve ser alterada

Lixo aéreo que polui o DF

» LETÍCIA MOUHAMAD

A crescente fiação aérea presente em diferentes pontos do Plano Piloto tem provocado críticas de moradores e reacendido debates sobre preservação urbanística e sobre segurança. O espaço, tombado e considerado Patrimônio Cultural da Humanidade, foi planejado para priorizar a instalação de cabos subterrâneos, das áreas centrais a vias expressas, conforme o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), regulamentado no fim de 2024. No entanto, é comum encontrar emaranhados de cabos que colocam em risco a segurança da comunidade, em especial no período de chuvas.

Ao circular pelo Plano Piloto, o **Correio** constatou que a lei não tem sido respeitada. Fios se acumulam em postes do Setor Hoteleiro e W3 Norte, no Trevo de Triagem Norte, nos acessos ao Lago Paranoá e no Sudoeste. “A Ponte do Bragueto tem fiação aérea dos dois lados da ponte. No Eixão Sul, tem fios próximos ao Banco Central. Isso afeta a questão estética da cidade, visto que uma das características mais interessantes de Brasília é justamente sua limpeza visual”, comenta o advogado Antônio Martins, 32 anos, morador do Lago Norte.

Segundo o texto do PPCUB, é vedada a instalação de rede de energia elétrica ou assemelhada do tipo aérea nas seguintes áreas: Eixo Monumental; superquadras e áreas de vizinhança, inclusive as áreas verdes contíguas ao Eixo Rodoviário-Residencial, aos Eixos auxiliares L e W e às alças de acesso às superquadras; setores centrais; orla do Lago Paranoá; setores de embaixadas; grandes parques e outras áreas de transição urbana; W3 Norte e W3 Sul; setores

complementares — áreas oeste e leste; e Setor Terminal Sul.

O cumprimento das normas associadas à preservação da cidade é, segundo o arquiteto e urbanista José Leme Galvão, de máxima importância. “Os valores que levaram ao tombamento e decorrente conservação do patrimônio cultural incluem a paisagem urbana, que, por sua vez, é composta de elementos de infraestrutura pública. Se nossa paisagem é compreendida por eletrificação subterrânea, deve continuar a ser assim, pois qualquer interferência é visível e evidente”, explica o especialista, aposentado do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Para o morador do Lago Norte, a preocupação com a fiação aérea abrange questões de segurança. “No período de chuva, as quedas de árvores são frequentes na capital. Isso gera tanto riscos de choque e acidentes, quanto perda de energia elétrica”, completa. De acordo com o PPCUB, redes aéreas já existentes em desacordo com a lei devem ser substituídas por infraestrutura subterrânea em até dois anos, podendo envolver parcerias público-privadas.

“Falta planejamento”

Quem transita pelo Cruzeiro e Sudoeste também relata transtornos. O servidor público Daniel Rezende, 30, afirma que, nestes locais, a fiação aérea domina a paisagem. Segundo ele, as recentes quedas de energia — provocadas por ventos e galhos que atingem os emaranhados de cabos — evidenciam a falta de planejamento. “Nas últimas semanas, tivemos, ao menos, oito interrupções no fornecimento de luz”, critica.

Ao retornar a Brasília após morar fora, o administrador João Brito, 32, diz ter percebido mudanças



Fiação exposta no Setor Hoteleiro Norte fere o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico da capital



Acúmulo de dezenas de fios no Sudoeste

contundentes na paisagem urbana. “Os postes com fios aéreos aparecem desde a chegada ao aeroporto até o coração do Plano Piloto. Me parece um abandono de critérios históricos que sempre guiaram o cuidado urbanístico da cidade”, opina o morador da Asa Norte.

Questionada sobre a presença de postes com fios expostos em

áreas onde só deveria haver rede subterrânea, a Companhia Energética de Brasília (CEB) IPes afirma que todos os postes de iluminação pública sob sua gestão contam com cabos subterrâneos tanto no centro da capital quanto nas demais regiões. Já a Neoenergia Brasília, responsável pela distribuição de energia elétrica, destaca que a definição

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

do modelo de rede urbana (aérea ou subterrânea) é de competência da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh/DF).

A distribuidora ressalta ser responsável pela operação e manutenção das redes existentes, por obras em áreas de interesse social e pela fiscalização e notificação de empresas irregulares ou em situações de risco, obrigadas a remover os cabos. “Atualmente, 9% dos clientes do DF são atendidos por rede elétrica subterrânea. Desse total, 74% estão concentrados no Plano Piloto — incluindo Asa Sul, Asa Norte, Setor Comercial, Setor Bancário, Sudoeste e Noroeste. Os demais 91% são atendidos por rede aérea, modelo que predomina no Brasil e no mundo”, informa a Neoenergia.

A Seduh reforça a norma disposta no PPCUB, sobre a proibição de fiação aérea em espaços tombados, mas pondera que a atribuição de elaborar projetos de rede elétrica ou fazer adequação nas

existentes está a cargo das concessionárias de serviços públicos.

Remoção

Desde agosto deste ano, a Neoenergia retirou seis toneladas de fiação clandestina em sete regiões administrativas do DF, entre elas Guará, Águas Claras, Samambaia e Sobradinho, e diz estar mapeando pontos críticos e realizando fiscalizações contínuas. Além do perigo de choques elétricos, o modelo de cabos aéreos costuma apresentar problemas recorrentemente. “Dizem que se trata de uma instalação mais simples, no entanto, é passível sofrer com intemperismos, como tempestades, raios e quedas de árvores. As substituições são constantes e caríssimas, diferentemente da fiação subterrânea”, explica o urbanista José Leme Galvão.

Questionada sobre as interrupções de energia recorrentes no Plano Piloto, a Neoenergia afirma que a principal causa está no furto de cabos. “É uma questão de segurança pública, que afeta o fornecimento de energia e coloca a população em risco. Para conter o avanço do crime, a Neoenergia intensificou o reforço de rondas, o travamento de tampões de acesso à rede subterrânea e o monitoramento contínuo de áreas estratégicas”, diz a companhia.

A CEB orienta que a população não se aproxime de cabos expostos — que podem ser fruto de vandalismo ou furto — e registre a ocorrência pelo número 155 ou pelo aplicativo Ilumina DF. Tanto a CEB quanto a Neoenergia orientam que moradores busquem primeiro as operadoras responsáveis por cabos de telecomunicações. Em casos de risco grave ou suspeita de irregularidade na rede elétrica, a ligação pode ser feita diretamente à distribuidora.

FEMINICÍDIO

Polícia indícia ex-militar

» ANA CAROLINA ALVES
» DAVI CRUZ
» DARCIANNE DIOGO

Kelvin Barros da Silva, 21 anos, assassino confesso da cabo Maria de Lourdes Freire Matos, 25, foi indiciado pela Polícia Civil por feminicídio, peculato, incêndio e fraude processual. Segundo a investigação, Kelvin matou a vítima por razões da condição do sexo feminino, apropriou-se de uma pistola do Exército, ateou fogo em edifício público e provocou o incêndio com o objetivo de alterar artificialmente o estado do local e do corpo, induzindo autoridades a erro durante a apuração.

O caso, agora, aguarda decisão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), para definir se será julgado na Justiça Comum ou na Militar.

Paralelamente ao inquérito policial, o Exército concluiu o processo administrativo de expulsão do soldado, resultando em sua exclusão das fileiras da Força. Em nota, o Exército informou que formalizou pedido à Vara de Execuções Penais e à Justiça Militar para a transferência de Kelvin ao sistema prisional comum, no Complexo da Papuda.

O Superior Tribunal Militar (STM) já havia negado o pedido de habeas corpus apresentado pela defesa de Kelvin. No pedido, a defesa alegou que a custódia seria excessiva e desproporcional, destacando que Kelvin é réu primário, não possui antecedentes criminais, tem endereço fixo no Distrito Federal e não apresentaria risco de fuga. O advogado sustentou ainda que não haveria “elementos concretos que justificassem a manutenção da prisão” e solicitou a substituição da prisão por medidas menos gravosas, como o uso de tornozeleira eletrônica.

Ao analisar o caso, o ministro relator Anísio David de Oliveira Junior entendeu que a prisão preventiva deve ser mantida. Em sua decisão, destacou a gravidade dos fatos e a forte repercussão do crime.

O ministro também ressaltou que a manutenção da prisão é necessária para garantir a própria seguran-



Ex-soldado de 21 anos foi indiciado por quatro crimes

Onde pedir ajuda	
» Ligue 190: PMDF	» Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (Deam): todos os dias. Deam 1: atende todo o DF, exceto Ceilândia. EQS 204/205, Asa Sul. Tel.: 3207-6172 / 3207-6195 / 98362-5673 Deam 2: atende Ceilândia. St. M QNM 2. Telefones: 3207-7391 / 3207-7408 / 3207-7438
» Ligue 197: Polícia Civil	
» Ligue 180: Central de Atendimento à Mulher	

ça do investigado. Conforme a decisão, a ampla divulgação do caso e a comoção gerada aumentam o risco de hostilidade contra o ex-militar, o que justificaria a custódia cautelar.

Na fundamentação, o relator afirmou não haver ilegalidade na prisão, uma vez que existem indícios robustos de autoria e provas materiais do crime, incluindo a confissão do próprio investigado, que detalhou a dinâmica do assassinato. Com isso, o pedido de soltura foi negado. O habeas corpus ainda será submetido ao Plenário do STM, após a prestação de informações pelas autoridades competentes, mas, até lá, a prisão preventiva permanece válida.

O crime

Maria de Lourdes foi assassinada por Kelvin em 5 de dezembro, dentro do 1º Regimento de Cavalaria de Guarda, em Brasília, por volta das 16h, quando um incêndio foi registrado no espaço onde ficam guar-

dados os instrumentos musicais da banda do 1º RCG. Durante o trabalho de resfriamento da área, equipes do Corpo de Bombeiros Militar do DF (CBMDF) encontraram o corpo da vítima, com um corte profundo no pescoço.

Após o crime, Kelvin fugiu para o Paranoá, onde morava, mas foi capturado pouco tempo depois por agentes da 2ª Delegacia de Polícia (Asa Norte), responsável pela investigação. Kelvin afirmou que o crime teria ocorrido após uma discussão motivada por um suposto relacionamento entre ele e a vítima.

A advogada criminalista Leila Santiago contesta a narrativa apresentada pelo ex-militar. Segundo ela, há indícios de que Kelvin possa ter feito alguma tentativa de aproximação ou investida indevida. “É possível que ele tenha recebido um ‘não’ como resposta, o que é coerente com a postura séria e focada da vítima, sempre dedicada aos estudos e às funções militares”, afirmou Leila.

Doe seu IR

Até 26/12

para o Hospital Pequeno Príncipe.

Excelência em transformar a vida de crianças de todo o Brasil, como a Sofia.

Você pode destinar até 6% do seu Imposto de Renda – seja a pagar ou a restituir – para os projetos do maior hospital pediátrico do Brasil, de forma fácil e sem custos.

Acesse doepequenoprincipe.org.br, simule seu potencial de doação, preencha o formulário e solicite seu boleto.

Para mais informações, escaneie o QR code abaixo.



Contamos com o seu apoio!

doepequenoprincipe.org.br

(41) 2108-3886  (41) 99962-4461

